

3.

A comunidade e a infância, um encontro produtor de sentido

“Atividades de cuidar fazem parte das obrigações e tarefas específicas de todos os profissionais das áreas da saúde e da educação, bem como, em geral, do que nos cabe a todos na condição de seres humanos vivendo em sociedade.”

(Figueiredo, 2009, p.131)

Durante o processo de desenvolvimento e de adaptação à realidade do mundo externo, o bebê sofre frustrações e desilusões que são necessárias para sua estruturação. No entanto, se estas frustrações e os sentimentos de desprazer vividos forem excessivos, podem se tornar potencialmente traumáticos, dificultando a adaptação do bebê. Neste sentido, a função desempenhada pelo objeto primário possui um papel muito importante para que este processo não se constitua enquanto traumático. Utilizando a expressão de Elisa Maria de Ulhôa Cintra (2003), podemos dizer que o objeto primário possui funções anti-traumáticas, como holding e continência, que são extremamente importantes para a constituição subjetiva do indivíduo.

“O ingresso de um recém-nascido na vida e no mundo propriamente humano é marcado por uma complexa trama de acontecimentos que estabelecem as condições e as formas de sua recepção e, em decorrência, do seu vir-a-ser humano.”

(Figueiredo, 2007, p. 121)

O desamparo e a impossibilidade de viver sem o auxílio da mãe ou de um substituto são fatores imprescindíveis para a investigação dos primórdios da vida psíquica. É a partir daí que se pensará a importância de um cuidador, no papel que exerce como ego auxiliar e no suporte que fornece.

De acordo com Ferenczi, em seu texto *A criança mal acolhida e sua pulsão de morte* (1929), a criança que não é bem recebida pelo mundo ao seu redor pode sofrer consequências muito graves. O sujeito que não é bem-vindo tem sua vontade de viver rompida, há entre estes indivíduos uma tendência à autodestruição, uma inibição do movimento que o impulsiona em direção à vida. As crianças que perdem precocemente essa vontade de viver apresentam uma capacidade insuficiente de adaptação, pequenos acontecimentos posteriores serão o bastante para desencadear um desejo pela morte. O autor vai além, apontando

que é mais provável que crianças acolhidas com rudeza morram facilmente, conservando uma aversão à vida, elas se utilizam de meios orgânicos para “desaparecer” rapidamente.

Assim como foi colocado no primeiro capítulo, Ferenczi indica que no início da vida, há um grande desenvolvimento dos órgãos e de suas funções, mas isso só ocorre em condições favoráveis de proteção. “A criança deve ser levada, por um prodigioso dispêndio de amor, de ternura e de cuidados, (...), em caso contrario, as pulsões de destruição logo entram em ação” (1929, p. 50). Para o psicanalista, uma vez que o bebê se encontra muito mais perto do não-ser individual do que o adulto, a “força vital” que resiste às adversidades da vida não é muito forte no nascimento, ela é adquirida após uma progressiva experiência de pequenos traumas, atentados físicos e psíquicos, ao longo da vida. Algo que dependerá de uma boa condução do ambiente através do tato e cuidado fornecidos.

Neste sentido, podemos descrever as funções anti-traumáticas como aquelas que cumpridas por um cuidador possibilitam um bom funcionamento psíquico. A dimensão anti-traumática dessas funções está no fato de que auxiliam o sujeito a superar as dificuldades na adaptação à realidade do mundo externo.

‘Se compararmos, portanto, a continência e **rêverie** bioniana com o **holding** de Winnicott, é possível afirmar que ambos os processos existem para lidar com as angústias avassaladoras e impensáveis, para oferecer estabilidade mental e para realizar funções de ligação necessárias ao desenvolvimento físico e psíquico. São necessários para realizar a mediação entre estados de maior fusão e dependência e os estados de relativa independência e discriminação. Considero-os como as funções matriciais do aparelho psíquico.’

(Cintra, 2003, p. 51)

Além desta presença fundamental do objeto primário para o desenvolvimento infantil, Winnicott ressalta em *Segurança* (1960c) que o ambiente como um todo, pai, avós, irmãos, médicos, professores, sociedade, são responsáveis por prover condições favoráveis para o desenvolvimento do sujeito. Com essa presença, é fornecida uma estabilidade viva e humana, algo que o bebê vai absorver podendo crescer em segurança.

Notamos que nas comunidades do Rio de Janeiro, mães ou cuidadores precisam, muitas vezes pela própria demanda laboral, deixar suas funções

precocemente. Cada vez mais, o cuidado com a infância é deixado sob a responsabilidade de creches e/ou outros substitutos.

A partir disto, introduzimos um ingrediente muito importante observado nas comunidades, uma atuação diferenciada da população que vive nas favelas. As relações interpessoais dentro destas comunidades se mostram fundamentais e os arranjos familiares se caracterizam de maneira muito particular.

No dia-a-dia da Casa da Árvore presenciamos situações nas quais é possível notar um cuidado por parte dos adultos, e dos moradores em geral, com as crianças. É comum presenciarmos pessoas que passando por nós, durante os plantões, perguntam às crianças sobre a escola, o reforço escolar, sobre os irmãos e pais. Há uma preocupação constante com as atividades e com a rotina dessas crianças.

Nos relatos que nos chegam e no nosso dia-a-dia, é possível observar que a dinâmica do cuidado aparece de forma diferenciada. Há muitos casos de famílias que, para ajudar no cuidado e na educação, acolhem crianças ou filhos de vizinhos que necessitem. Não é difícil ter conhecimento de histórias em que crianças vivam com outras famílias ou outros cuidadores que não sejam seus pais ou parentes mais próximos. O que ocorre, algumas vezes, mesmo com a presença dos pais na comunidade.

As crianças, por sua vez, também se mostram muito próximas e cuidadosas umas com as outras. É frequente termos informações sobre uma criança específica a partir da fala e das histórias trazidas pelas outras. Elas chegam nos contando o que aconteceu durante a semana, porque aquela tal criança não veio, se ocorreu algo em sua casa, entre outras situações. Além disso, é curioso observar que muitas vezes se identificam como tendo entre elas vínculos familiares quando não o possuem verdadeiramente.

É muito comum na Casa da Árvore receber crianças que se apresentam como sendo prima (o) ou irmã (o) de outra. Na tentativa de investigar e até mesmo de ajudá-los a compreender um pouco mais sobre suas vidas e histórias, sempre perguntamos sobre a origem deste parentesco. Se seus pais são irmãos, se são filhos do mesmo pai ou da mesma mãe, se moram na mesma casa. Frequentemente percebemos, ao longo das respostas e da costura que vamos fazendo delas, que o vínculo não é sanguíneo, mas puramente afetivo. Muitas

vezes por viverem na mesma casa ou próximos uns dos outros, passam a maior parte do seu tempo, seja na escola, seja quando estão brincando, acompanhados dessas outras crianças. Parece ser este o sentido de família para eles.

Além da necessidade dos pais de deixarem suas funções precocemente, acredita-se que o próprio potencial traumático do ambiente das favelas pode ser um fator para que a comunidade se organize da forma como foi descrita. As crianças que frequentam a Casa da Árvore possuem uma condição financeira muito desfavorável; além disso, o tráfico de drogas e a violência do lugar em que vivem são temas comuns no seu dia-a-dia e em seu discurso. Sua infância é rodeada por personagens violentos, cenas diárias de traficantes, policiais, armas, mortes, perdas de amigos e parentes. Essas crianças com as quais trabalhamos vivem a violência desde sempre. Não é um episódio isolado, a guerra do tráfico ocupa lugar de destaque em suas vidas.

Neste sentido, diante do que acaba de ser colocado, neste capítulo trabalharemos com esses arranjos de relações observados nas comunidades, sua importância e função para o desenvolvimento emocional da infância. Da mesma forma, investigaremos os fatores apontados como possíveis responsáveis por esta organização verificada entre os moradores.

3.1.

A sustentação enquanto função anti-traumática

Retomando a noção de função anti-traumática abordada por Elisa Maria de Ulhôa, temos como uma das funções citadas pela autora o holding, conceito teorizado por Winnicott que foi desenvolvido a partir da relação mãe- bebê, do cuidado materno infantil. O autor investiga a importância dos cuidados maternos, do suporte físico e psicológico, para o desenvolvimento do sujeito, enfatizando o ambiente acolhedor fornecido pela mãe ou cuidador que ampara e sustenta o recém-nascido. De acordo com Winnicott, o holding está intimamente ligado à disponibilidade materna de satisfazer as necessidades básicas do seu bebê.

O conceito de holding está presente em toda obra de Winnicott ao tratar do percurso do desenvolvimento e dos processos psíquicos envolvidos. Na teoria winnicottiana, os conceitos vão aos poucos se entrelaçando, ligados e de certa forma dependentes uns dos outros, e se mostrarão importantes ao pensarmos no

processo de maturação do indivíduo. É desta forma que abordaremos a questão do holding, além de outros conceitos e autores que contribuem bastante para o presente capítulo.

É importante ressaltar que relações de cuidado e de holding vão ser significativas e essenciais pelo resto da existência do sujeito sendo, ao longo de sua vida, fornecida por outras relações. O ambiente de holding bem sucedido, não se restringindo a díade mãe-bebê, inclui também o pai ou um terceiro que a auxilie em sua função. De acordo com Jan Abram (1996), podemos apontar que o ambiente de holding suficientemente bom se inaugura com a relação mãe-bebê dentro da família e se expande para outros grupos sociais.

O conceito de holding se refere a um período em que o bebê depende absolutamente do outro, ele é provido pelo objeto primário que, além do suporte físico, é capaz de fornecer um suporte psicológico imprescindível para a elaboração das experiências inerentes à existência. Neste primeiro momento, o mesmo é garantido pela relação mãe-bebê a partir do que Winnicott chamou de preocupação materna primária.

Winnicott nos apresenta a preocupação materna primária como um estado, uma condição psicológica que a mãe apresenta no final da gravidez e algumas semanas após o nascimento. Por se encontrar em um momento de intensa identificação, empatia e sensibilidade com as necessidades de seu filho, a mãe possui a capacidade de fornecer ao bebê o suporte egóico necessário. A saúde do recém-nascido depende de que a mãe vivencie este estado e possa entrar em contato com seu bebê e suas demandas.

“A mãe segura o bebê (no útero, nos braços) e através do amor (identificação) sabe de que maneira adaptar-se às necessidades de seu ego. Nestas condições, e somente nestas condições, o indivíduo pode começar a existir, começar a existir para viver experiências do id.”

(Winnicott, 1950-55, p. 298)

Os cuidados fornecidos pelo ambiente neste primeiro estágio são capazes de ajudar na transformação de um ego não integrado para uma integração estruturada. O recém-nascido pode experimentar a ansiedade referente à desintegração, vivida antes da integração egóica, uma vez que possui um ambiente que o acolhe e sustenta. Ao longo do desenvolvimento do bebê, havendo uma boa

condução por parte do objeto primário, ele será capaz de experimentar momentos de não-integração sem que isso signifique o desfalecimento do mesmo. A continuidade desses cuidados primários ou a internalização dos mesmos garantirá que o sujeito chegue a se tornar uma pessoa com individualidade própria, em um “estado unitário”.

Winnicott aponta que, a partir de um holding inicial adequado, o processo de interseção psique-soma é favorecido surgindo um sujeito de existência psicossomática com um esquema corporal com uma membrana limitante e uma realidade psíquica interna. O autor indica ainda que um holding bem sucedido possibilita o despertar da inteligência com o início da mente como algo separado da psique.

Um ambiente de holding satisfatório favorece também o processo de fusão da raiz erótica com a raiz agressiva. Em *A Agressividade em relação ao desenvolvimento emocional* (1950-55), Winnicott aponta à existência de duas raízes da vida pulsional, a raiz erótica e a agressiva. O x por cento que foi injetado nas experiências do id, raiz agressiva, se o bebê teve um ambiente suficientemente bom, se fundirá à erótica. Aquilo que se funde à raiz erótica será satisfeito pela gratificação instintiva. Essa fusão é tão importante neste processo que, de acordo com o autor, deve ser vista como objetivo a ser alcançado.

De acordo com Jan Abram, 1996, a função dessa fusão pode ser entendida como a primeira teoria de Winnicott, que em 1963, no texto *O desenvolvimento da capacidade de envolvimento*, evoluirá para a “junção das duas mães”. Abram está se referindo à ideia que o autor traz, neste texto, sobre a existência, para o bebê, de duas mães, a mãe-objeto e a mãe-ambiente:

“A primeira constitui-se na mãe experimentada pelo bebê em seu estado de excitação. A segunda é a mãe que é tomada como outro pelo bebê em um estado de paz e tranquilidade. O advento dessas duas mães na mente do bebê é o fator necessário ao desenvolvimento que o torna capaz de desenvolver o sentido de preocupação.”

(Abram, 1996, p.14)

Indo mais além, Winnicott aponta que um holding adequado possibilita que seja desenvolvida a capacidade para as relações objetais, o processo de saída do estado fundido com o objeto primário para a percepção dos objetos externos, “não-eu”. É deixada a relação com o objeto subjetivo para dar entrada em uma

relação com o objeto objetivamente percebido, introduzindo assim o conceito de “viver com” na existência do indivíduo.

Winnicott indica a importância de se preservar um isolamento do self central ou verdadeiro. Para o autor, o self central está, neste primeiro momento, experimentando a continuidade de existência, adquirindo uma realidade psíquica e um esquema corporal pessoal. Neste sentido, para o alcance da saúde, se faz necessário o isolamento do mesmo longe de ameaças capazes de gerar ansiedade. De acordo com o psicanalista, as defesas mais precoces da infância ocorrem por falhas por parte do objeto primário na evitação de irritações neste isolamento.

Dentro de um limite, as irritações podem ser suportadas e assimiladas pela organização do ego; no entanto, o excesso das mesmas pode afetar o núcleo central do ego exigindo uma organização onde há o ocultamento do self central e, como defesa, o desenvolvimento de um falso-self.

Outro ponto levantado por Winnicott, ao tratar deste primeiro momento de existência do sujeito, é o do aniquilamento. A ansiedade correspondente a este primeiro estágio da vida do indivíduo diz respeito à ameaça de aniquilamento. Esta ameaça se constitui a partir da necessidade de reagir. Para o autor, no desenvolvimento saudável, há uma “continuidade do ser” que se interrompida por um evento excessivo desencadeia a reação do sujeito. Neste sentido, “reagir interrompe o ser e o aniquila”.

A noção de que um ambiente de holding é capaz de fornecer instrumentos para um bom desenvolvimento físico e psíquico também é trabalhada por Luís Cláudio Figueiredo em *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea* (2009). O autor aponta que o cuidado propicia ao sujeito a possibilidade de “fazer sentido” de sua vida e dos conflitos e angústias vividos.

O “fazer sentido” estabelece contornos, possibilita uma existência integrada e possui uma função anti-traumática quando se apresenta em oposição aos excessos traumáticos. A partir da noção de que o traumático se instaura onde não há elaboração, assimilação do ocorrido, podemos pensar que o cuidar possui uma função anti-traumática uma vez que fornece a possibilidade de “fazer sentido”, de fazer ligação onde não há compreensão.

‘... fazer sentido implica estabelecer ligações, dar forma, seqüência e inteligibilidade aos acontecimentos. Em outras palavras: fazer sentido equivale a constituir para o sujeito uma **experiência integrada**, uma **experiência de integração**. Tais experiências não se constituem se não puderem ser primeiramente exercidas, ensinadas e facilitadas pelos **cuidados** de que somos alvos.’

(Figueiredo, 2007, p. 123)

Um holding adequado é fornecido por uma mãe devotada ao seu bebê, devotada temporariamente, mas verdadeiramente. Ela atua através do amor, do afeto, que lhe capacita a identificar-se com seu bebê. Neste mesmo sentido, quando Figueiredo aborda a questão do cuidado como uma forma de auxiliar o sujeito no processo de “fazer sentido”, ele indica que o mesmo é precedido por uma apreensão afetiva do todo. A partir de um impacto afetivo global é que se torna possível o exercício de “fazer sentido”. Os afetos são os elementos principais no processo de assimilação, articulação e discriminação dos efeitos do mundo externo sobre o indivíduo.

“A relação de ‘conhecimento’ e a própria constituição organizada da experiência – campo de figuras inteligíveis e significativas – pressupõe o trabalho dos afetos: o amor – aproximação, ligação e apreensão – e o ódio – afastamento, desligamento e evitação – em suas inúmeras diferenciações estão na base de tudo.”

(Figueiredo, 2009, p. 117)

Figueiredo, ao tratar do percurso do sujeito no processo de desenvolvimento, aponta que nossa existência é permeada por rupturas, falhas e frustrações, consequências dos efeitos do mundo sobre o sujeito. “A existência humana transcorre longe da perfeição, da estabilidade e da permanência” (Figueiredo, 2007, p. 124). Sendo assim, retomando a noção do trauma enquanto estruturante e a importância do contorno externo para que o excesso não ultrapasse certos limites, voltamos a ressaltar a relevância dos cuidados e atenção fornecidos pelo outro e pela sociedade durante o processo de constituição psíquica e ao longo da vida.

De acordo com Figueiredo, uma vez que as frustrações são vividas pelo sujeito ao longo de toda sua existência, a sociedade, as relações afetivas construídas posteriormente, serão extremamente importantes para a contínua manutenção de um continuar a ser suficientemente bom.

“Exige-se, ao indivíduo e às coletividades, uma contínua atividade de ‘fazer sentido’ (corte e costura, modelagem) como forma de tessitura de um **solo humano** para a existência, de um **lugar humano** para existir – um éthos.”

(Figueiredo, 2007, p. 124)

O ambiente tem como função, através do holding, auxiliar na assimilação da entrada no social amenizando as intrusões e falhas no desenvolvimento do indivíduo, os excessos que não são bem conduzidos pelo objeto externo podem ser traumáticos. Neste sentido, um bom ambiente de holding pode garantir a continuidade de ser, preservar o self central e protegê-lo da ameaça de aniquilamento, desta forma, verificamos sua função anti-traumática no processo de desenvolvimento.

Thomas Ogden, em *Esta arte da psicanálise* (2005), nos traz grandes contribuições a respeito do que temos abordado neste capítulo. Para o autor, o holding diz respeito à capacidade da mãe de “salvaguardar” seu bebê e sua continuidade de experiência. Ela o protegerá fazendo com que os pequenos traumas vividos não se tornem excessivos. Tendo sido bem conduzidas essas funções pela mãe, o bebê adquire a maturação que lhe possibilita assumir e internalizar a função de manter a continuidade de sua experiência de estar vivo. Desta forma, a criança consegue por si mesma criar e manter uma sensação de continuidade do ser. Este núcleo de sustentação, na saúde, é preservado por toda vida.

De acordo com Ogden, com a aquisição de uma maturidade, a função de holding deixa de ser apenas salvaguarda do tecido do continuar a ser do bebê para exercer, ao longo do tempo, a sustentação dos modos de estar vivo relacionados ao objeto. A sustentação é uma das formas posteriores do holding, que incluem também a provisão de um lugar, estado psicológico, onde o bebê pode se organizar.

O tipo mais precoce de holding físico e emocional, com o passar do tempo dá lugar ao “holding metafórico”, que diz respeito ao espaço psicológico capaz de possibilitar a organização. Segundo Thomas Ogden, esta forma mais elaborada de holding possibilita a integração. Trata-se de um momento de maior maturidade do

sujeito, desta forma, os fornecedores deste holding são outras figuras de alteridade e não apenas a mãe, objeto primário.

“Este tipo de holding é, sobretudo, um estado discreto de ‘reunir-se em um lugar’ que tem tanto uma dimensão psicológica como física. Existe uma silenciosa qualidade de self e de alteridade neste estado de estar em um lugar que não faz parte da experiência anterior do bebê de ‘continuar a ser’ (enquanto está nos braços da mãe em seu estado de preocupação materna primária).”

(Ogden, 2005, p. 125)

Com a internalização do ambiente de sustentação, o bebê poderá viver a experiência dos fenômenos transicionais e a capacidade de estar só. Tanto um processo como o outro dependem da internalização da mãe ambiente que está no processo de ser assumida pelo bebê. A criança que internaliza os cuidados e sustentação da mãe ambiente é capaz de criar um ambiente de holding interno.

A grande contribuição de Ogden está no fato de que uma mãe ambiente suficientemente boa, cumprindo o papel de ambiente facilitador, possibilita que o sujeito possa sozinho lidar com as angústias vividas, além de assumir as funções de organizar e integrar.

Vivenciamos um caso no Chapéu Mangueira que pode nos ser muito útil para trabalhar a questão apresentada.

Luiz é um menino de dez anos que procurou a Casa da Árvore acompanhado de outros meninos que vivem no Chapéu Mangueira. Observamos que Luiz era sempre muito educado e tranquilo, nos chamava de senhora e senhor e não tinha nenhum problema em compartilhar brinquedos e se juntar aos demais. Era um menino que, diferentemente dos outros, não víamos recorrer à violência para conseguir o que desejava.

Com o tempo, a partir de seus próprios relatos, começamos a conhecer um pouco mais sua história. Luiz havia perdido a mãe e vivia em Queimados com o pai e a madrasta. Era obrigado pelos dois a vender bananadas na estrada e relatava maus tratos por parte da madrasta, situação que o pai assistia passivamente.

Diante deste contexto, Luiz toma um ônibus e foge de casa. Hoje não sabemos exatamente como, mas o menino chega ao Chapéu Mangueira. Na favela, ele é acolhido por algumas famílias, que cuidam dando comida e abrigo. O

menino não ficava em apenas uma casa, tomava banho em um lugar, comia em outro e dormia em um terceiro.

Algo que muito nos impressionou na época é que as famílias que o acolheram eram conhecidas por terem pouquíssimas condições financeiras, seus filhos não iam à escola e muitas vezes vinham sujos ao projeto. Muitas vezes nos perguntávamos: como podem se disponibilizar a cuidar de mais um?

Luiz não frequentou a Casa da Árvore por muito tempo, por, mais ou menos, um mês. Neste momento, soubemos pelos outros meninos que ele havia voltado para a casa de seu pai. Mas tivemos um segundo contato com Luiz, quando retornou, desta vez com a aparência bem descuidada e com um olhar muito diferente, disse estar vivendo na rua e que só havia ido visitar o “Chapéu”. Depois deste dia, não tivemos mais notícias suas, nem mesmo pelos meninos que o levaram à Casa da Árvore.

Sair de casa e buscar outros lugares e outras formas de cuidar demonstra uma capacidade interna bastante elaborada de lidar com as adversidades. Neste sentido, podemos pensar que se trata de um menino que possivelmente recebeu um cuidado e um holding adequados quando bebê e, desta forma, desenvolveu um holding interno que lhe deu a capacidade de lidar com os sofrimentos e angústias da vida.

Este caso ilustra também a importância dos cuidados fornecidos pela comunidade ao menino, como a mesma se apresenta capaz de dar um suporte e servir de continente em algumas situações. Famílias que não conheciam e sabiam muito pouco sobre a história de Luiz se responsabilizaram por seus cuidados, puderam dar o acolhimento e o holding necessários. Talvez não estivesse ao alcance dessas famílias dar continuidade ao continente que Luiz precisava, mas certamente pelo tempo que puderam, ou que lhes foi permitido, seus cuidados foram extremamente importantes.

Christopher Bollas, em *A sombra do objeto* (1987), é um autor que também teoriza sobre as funções do objeto primário e que nos auxilia. O psicanalista nos apresenta a noção de objeto primário como objeto transformacional. De acordo com Bollas, a mãe servindo como ego suplementar ou como ambiente facilitador provê uma continuidade do ser, fornece contenção e facilita seu desenvolvimento. Neste processo, a mãe e a criança negociam

continuamente a experiência intersubjetiva o que possibilita o equilíbrio entre a demanda e a oferta de necessidades psicossomáticas. Desta forma, Bollas aponta para uma função transformacional da mãe, enquanto “outro” self da criança, em relação ao ambiente interno e externo do bebê.

Para Bollas, a mãe ambiente, que corresponde para o bebê o ambiente em sua totalidade, é mais significativa como processo, transformações internas e externas, do que como objeto. De acordo com o autor, a primeira experiência subjetiva do infante com o objeto é com um objeto que possui funções transformacionais. Um objeto transformacional é aquele que através de processo altera a experiência do self. Este primeiro objeto é experimentado, não possui uma representação objetual, mas fornece uma experiência do ser, é experienciada como um processo de transformação.

“Enquanto a mãe ajuda a integrar o ser do infante (instintivo, cognitivo, afetivo, ambiental), os ritmos desse processo – da(s) não-integração(ões) para a(s) integração(ões)- informam mais a natureza dessa relação ‘objetual’ do que as qualidades do objeto como objeto.”

(Bollas, 1987, p. 28)

Segundo Christopher Bollas, o objeto primário possui função transformacional, porque altera constantemente o meio do bebê para satisfazer suas demandas. Através da relação simbiótica o recém-nascido identifica sua mãe com as transformações e realizações de seu ser, algo que ocorre, uma vez que ela realmente transforma seu mundo. De acordo com o autor, além disso, as capacidades emergentes do ego do bebê, mobilidade, percepção e interação, também são transformadoras de seu mundo.

Com o amadurecimento, assim como Ogden, Bollas aponta que o processo transformacional é deslocado da mãe-ambiente para outros objetos-subjetivos, o que ocorre a partir da criação dos objetos transicionais. Os autores utilizados apontam para a entrada no social e desenvolvimento da capacidade de uso dos fenômenos transicionais como decorrentes de um holding suficientemente bom. Desta forma, podemos notar que a fase transicional é herdeira do período transformacional, o sujeito evolui da experiência do processo para a articulação da experiência. (Bollas, 1987)

O que foi um processo real, de objeto que transforma o ambiente do sujeito, pode ser deslocado para equações simbólicas que atenuam a perda do ambiente mãe original. “Em certo sentido, o uso do objeto transicional é o primeiro ato criativo do infante, um fato que não demonstra simplesmente a capacidade do ego – tal como o apreende – mas que indica a experiência subjetiva do infante em relação a essas capacidades”. (Bollas, 1987, p. 30)

Observamos que tanto Bollas quanto Winnicott, Ogden e Figueiredo têm sua atenção voltada para as funções do objeto primário e para sua importância no desenvolvimento e na preservação do psiquismo do sujeito nas experiências inerentes à vida. No entanto, é importante retomar que esta função é cumprida, depois da aquisição de um certo amadurecimento e inclusive antes (no auxílio da função materna), pela sociedade e por outras figuras de alteridade.

3.2.

A comunidade que cuida

De acordo com Luís Claudio Figueiredo, o cuidar é extremamente importante na constituição psíquica do sujeito, possibilita o “fazer sentido”, a assimilação e elaboração das vivências inerentes à existência humana. Indo mais adiante, quando trata da questão do cuidar, o psicanalista estende a função do cuidado para figuras de alteridade que não se restringem ao núcleo familiar. Essas figuras são apresentadas como agentes de cuidado, que podem ser – os pais, o médico, o professor e outros. Este agente é um outro “englobante”, ambiente social e físico. A partir disto, transpondo essa idéia para a presente pesquisa, acreditamos ser possível pensar a comunidade como um agente cuidador.

O agente de cuidado possui como função acolher, hospedar, agasalhar e alimentar e cumprindo adequadamente seu papel, fornece um sentimento de continuidade, seja ela somatopsíquica ou relacionada às referências identitárias e simbólicas. No entanto, uma vez que, como disse o autor, a existência humana não é estável, a continuidade não está garantida, é preciso que ela seja construída e reassegurada ao longo da vida.

‘Diante dos percalços da vida – das necessidades e desejos e das relações com os outros –, a continuidade não está assegurada e precisa ir sendo construída e

reconstruída a cada passo, tarefa do agente de cuidados que dá **sustentação**: ele, para usar uma linguagem coloquial ‘segura a barra’. Frequentemente, são famílias, grupos e instituições os objetos mais aptos a oferecer **holding** ao longo da vida, principalmente quando o que está em jogo é a continuidade na posição simbólica do sujeito no mundo.’

(Figueiredo, 2007, pp. 125- 126)

Desta forma, investigando o espaço onde a continuidade é construída e reconstruída constantemente por todos os atores que estão envolvidos com a infância, pensar sobre a comunidade é fundamental. Acreditamos que a mesma possui um papel imprescindível na garantia e manutenção da continuidade de existência do sujeito que ali habita. Como apontamos anteriormente, através do afeto e das relações de cuidado o ambiente é capaz de cumprir essa função.

De acordo com Luis Claudio Figueiredo¹, a criança precisa ser vista como um ser que habita e compartilha o mundo humano. Os cuidados dirigidos a ela são também fornecidos pela mesma aos seus cuidadores. Neste sentido, é necessário pensar nas práticas integradas e integradoras que circundam este sujeito em desenvolvimento. A partir do que vem sendo colocado sobre a comunidade e utilizando esta noção de práticas integradas e integradoras de Figueiredo, é possível considerá-la como um ator das mesmas. Como exemplo do que acabamos de apontar, temos os laços sociais e as ações implantadas nas favelas que podem ser pensados com práticas integradas que, através de seu exercício, favorecem a integração. Desta forma, tendo os agentes de cuidado, os laços sociais, como integrantes destas práticas, é possível entender a rica relação existente dentro das comunidades.

Retomando a contribuição de Figueiredo sobre o processo de “fazer sentido” ser precedido por um exercício afetivo e tendo como objetivo ilustrar e pensar um pouco mais sobre esta questão, será relatado o caso de uma criança que frequenta a Casa da Árvore do morro do Turano.

Flávio tem oito anos e é morador do morro do Turano, vindo de uma família muito precária, frequenta a Casa da Árvore diariamente. Sabemos muito pouco sobre sua família, sua mãe passa o dia fora trabalhando e seu pai,

¹ Ideias retiradas da conferência realizada por Luis Claudio Figueiredo no VIII Encontro Nacional sobre o Bebê e I Encontro Internacional sobre o Bebê, no dia 12 de novembro de 2010.

desempregado, é usuário de drogas e passa a maior parte do tempo dentro da favela consumindo-as.

Flávio não frequenta a escola, sabemos que foi inscrito algumas vezes, mas sempre repetia o ano ou fugia do colégio. Nota-se que o menino tem grandes dificuldades de aprendizagem e algum déficit cognitivo, não sabe ler nem escrever, não consegue nos dizer sua idade, pedindo para perguntarmos às outras crianças. Flávio possui uma enorme dificuldade de acompanhar as brincadeiras em que se exige concentração, criatividade e atenção. Por não ter nenhuma atividade fixa, vive solto pela comunidade, passando de casa em casa, brincando com as crianças na rua ou dentro da Casa da Árvore.

Em um plantão de quinta-feira, Flávio veio à Casa da Árvore vestindo apenas uma cueca. Do outro lado da rua, ele foi avistado pelas crianças, ficou parado olhando de longe para todos. Nós, psicólogos, não estávamos entendendo por que o menino se mantinha distante e não vinha, como costumava fazer, correndo para a casa.

Uma das crianças que estava na casa, entrou, pegou um pano, usado como fantasia por eles e foi correndo entregá-lo a Flávio, que se enrolou e veio até nós. Enquanto a menina levava o pano, outra criança nos contou que sua mãe o havia proibido de vestir roupas, ele só poderia sair de casa de cueca para que não fugisse da comunidade. Esta era sua punição por muitas vezes fugir de casa.

Era sabido por nós, a partir da fala de outros adultos que passavam pela casa, que Flávio apanhava constantemente por sair da comunidade. Ele ficava pelas ruas tentando ganhar dinheiro estacionando carros e, vez ou outra, tomava um ônibus para outro bairro. Quando chegava a casa, sua mãe ficava desesperada e saía a sua procura. Para que isso não acontecesse e como castigo, ela o proibiu de usar bermuda, com a intenção de que a vergonha não permitisse que o menino saísse da favela.

A mãe de Flávio confia na comunidade e que seu filho brinque livremente por ela. Apesar de parecer pouco cuidadosa em alguns momentos e de usar técnicas pouco admiráveis para lidar com o menino, ela confia em deixá-lo sob os cuidados da comunidade. Pode-se notar que a noção de comunidade é mesmo de uma unidade, pois a mãe de Flávio não o deixa sob os cuidados de uma família ou uma pessoa em particular, ele está sendo olhado por todos.

Ao mesmo tempo, a comunidade faz a sua parte sendo muito cuidadosa. Flávio é conhecido por todos, as pessoas constantemente o cumprimentam, recebe brinquedos e roupas, come na casa das pessoas e ganha biscoitos durante o dia. A comunidade cuida dele e se preocupa com seu futuro, assim como, a menina que ao ver o amigo chegar apenas de cueca, foi atenta com ele e com a vergonha que o mesmo estava passando. Com apenas um pedaço de pano foi possível que ela exercesse o cuidar.

O estreitamento dos laços sociais e afetivos na favela possibilita que as crianças circulem livremente. Em um ambiente onde o crime organizado é personagem dominante, existe um cuidado notável da comunidade. Podemos pensar que sem esse cuidado talvez a vida de Flávio fosse mais precária afetiva e emocionalmente. O cuidado e o afeto que são oferecidos ao menino lhe fornecem um ambiente onde é, de alguma forma, possível simbolizar e tentar fazer sentido sobre sua vida.

Acreditamos que se possa pensar na comunidade como um agente cuidador que ajuda no processo de fazer sentido, “processo criativo que parte do passional e primitivo na experiência humana no rumo da sua articulação e simbolização” (Figueiredo, 2009, p. 116), através do afeto. Desta forma, crê-se que seja possível afirmar que a comunidade e o arranjo que observamos nas relações podem amenizar o potencial traumático existente no ambiente através dos vínculos afetivos.

Indo mais além, Figueiredo aponta que o processo de “fazer sentido” implica sofrimento, pois, seja nas operações de desligamento, seja nas de ligação, certa violência é exercida. Tanto em uma operação como em outra, forças contrárias aos padrões já estabelecidos são colocadas. Desta forma, o sujeito se encontra, ainda que temporariamente, no “sem sentido”, no vazio, no inesperado. A partir disto, o autor aponta que o processo de “fazer sentido” só pode ocorrer no plano da cultura, uma vez que assim esse sofrimento poderia ser modulado e contido.

Para o autor, a cultura é um moderador do sofrimento que assegura o fluxo transitivo nos processos de “fazer sentido”. Os elementos da cultura entrarão como fenômenos e objetos transicionais que exercem esta função de modulação e fornecem a possibilidade de organizar, integrar e conter.

‘... os elementos da cultura exercem funções de mediação e podem modular o sofrimento excessivo evitando a interrupção do processo e dando sustentação às operações de desligar e ligar, separar e articular, possibilitando formas moderadas de separação e de reunião capazes de evitar as grandes ansiedades que podem ser evocadas em situações extremas.’

(Figueiredo, 2009, p.118)

Em *Objetos transicionais e fenômenos transicionais* (1951) Winnicott nos fornece a hipótese sobre esses fenômenos. Esses objetos e fenômenos se encontram no domínio da ilusão. “Os fenômenos e objetos transicionais, por serem a primeira possessão original não-eu, já não fazem parte do corpo do bebê, contudo, ainda não são plenamente reconhecidos como pertencentes à realidade externa” (Garcia e Damous, 2008). O bebê no período de dependência absoluta possui a fantasia onipotente de ser o criador de tudo o que percebe, a entrada dos fenômenos transicionais vão propiciar que se concretize o processo de desilusão e encontro com o mundo externo.

Esse momento de ilusão é gradualmente substituído por um período de desilusão, em que o bebê percebe a existência de um mundo externo, uma realidade inerente a ele. “A transicionalidade esboça uma área que será desenhada pelos objetos e fenômenos transicionais, com contornos mais nítidos, à medida que a mãe inicia sua tarefa de, com o passar do tempo, desiludir gradativamente o bebê.” (Garcia e Damous, 2008).

Esse período de desilusão é extremamente importante e só é possível se essa mãe tiver sido suficientemente boa, tiver fornecido o holding necessário, e se mantiver viva “dentro” de seu bebê, mesmo sendo percebida como um “não-eu”. O sujeito precisa ter internalizado de maneira adequada essa mãe para que possa passar por esse processo. Neste momento, o bebê percebe uma realidade externa e o objeto deixa de ser criado para ser encontrado.

Para que o indivíduo consiga fazer este percurso, objetos são utilizados como substitutos da mãe, ou melhor, como representantes da mesma. Os objetos ditos transicionais são eleitos pelo próprio bebê e possuem a função de tranquilizadores, produtores de satisfação, eles são fundamentais neste momento de seu desenvolvimento.

André Green, no texto *A intuição do negativo em O brincar e a realidade* (1997), retoma Winnicott e a importância dos objetos transicionais no processo de maturação do sujeito:

‘... opondo a fantasia e o fato, objetos internos e externos, criatividade primária e percepção, ele afirma que o termo ‘objetos transicionais’ refere-se a **simbolismo no tempo**. Descreve a jornada do bebê desde o puramente subjetivo até a objetividade, e parece-me que o objeto transicional (ponta do cobertor, um ursinho etc.) é o que percebemos nesta **jornada de progresso no sentido da experimentação**.’

(Green, 1997, p.71)

Em 1951, Winnicott pontua como sendo imprescindível que o paradoxo em que se encontra o bebê, quando não sabe distinguir ainda se “esse objeto foi criado ou encontrado”, não seja solucionado. Faz parte do processo que o bebê viva essa transição ilusão-desilusão, sem que seja questionado. O autor trata deste momento como sendo “uma das coisas mais difíceis do desenvolvimento humano e um dos mais cansativos de todos os primitivos fracassos que nos chegam”. Neste percurso, o bebê, auxiliado pelo objeto transicional, percebe o objeto fora da área de seu controle onipotente.

Podemos tratar dos cuidados exercidos pela comunidade como um fenômeno transicional, como um fenômeno que auxiliaria o sujeito no processo de elaboração, simbolização dos excessos vividos, das angústias e ansiedades presentes nas experiências. Acredita-se, assim, ser possível conceber a comunidade como auxiliar no processo de simbolização. Não só em um momento primário, separação mãe-bebê, mas também diante da violência e do excesso existentes neste espaço.

O conceito de “intersubjetividade transubjetiva” de Figueiredo, nos auxilia a analisar um pouco mais a função da comunidade no desenvolvimento psíquico das crianças. A intersubjetividade transubjetiva está relacionada às funções de acolhimento, suporte, continência e ligação. O campo transubjetivo corresponde ao momento inicial, àquele em que ainda estamos imersos na indiferenciação eu - outro, onde a figura de intersubjetividade é o objeto primário, e é este campo que possibilitará a construção de subjetividades. No entanto, para que o “fazer sentido” seja possível, é imprescindível a possibilidade de separação e diferenciação nesta relação intersubjetiva.

Verificamos nos textos de Winnicott um sujeito que, em seu processo de constituição e amadurecimento do self, deixa uma vivência calcada apenas no princípio de prazer para dar entrada no princípio de realidade, assim como amadurece e deixa uma dependência totalmente absoluta da mãe, onde não existe a diferenciação “eu” – “não-eu”, para depender relativamente deste ambiente. Ao longo do desenvolvimento, movendo-se em direção ao mundo, o bebê descobre e entra em contato com o ambiente. No entanto, para que este processo ocorra, seja de maneira saudável ou não, o relacionar-se com o objeto/ambiente e as experiências, incluindo as da agressividade, são indispensáveis e decisivas.

Em um texto muito importante de Winnicott sobre a agressividade, *O uso de um objeto e relacionamento através de identificações* (1969), o autor aborda essa passagem da relação de objeto para o uso dele. Enquanto esse objeto é um objeto subjetivo, criado onipotentemente pelo bebê, encontramos a relação do indivíduo com o mesmo.

“Na relação de objeto, o sujeito permite que se efetuem certas alterações no eu (self), alterações do tipo que nos levou a criar o termo catexia. O objeto tornou-se significativo. Mecanismos de projeção e identificações estiveram operando e o sujeito está esvaziado a ponto de algo seu ser encontrado no objeto, embora enriquecido pelo sentimento.”

(Winnicott, 1969, p.123)

No uso do objeto, diferentemente do que ocorre na relação de objeto, o objeto é percebido pelo bebê como autônomo e real, faz parte da realidade compartilhada como coisa em si. Não é mais criado ou é alvo de projeções do indivíduo. Contudo, é através dos impulsos agressivos que o bebê alcançará essa capacidade de perceber o objeto como autônomo e dono de sua própria vida. O bebê com sua agressividade primária destrói (fantasisticamente) o objeto. E depois de haver destruído o objeto, o sujeito o percebe como fazendo parte da realidade externa. “... depois de o ‘sujeito relaciona-se com o objeto’, temos ‘o sujeito destrói o objeto’ (quando se torna externo), e, então, podemos ter ‘o objeto sobrevive à destruição pelo sujeito’” (Winnicott, 1969, p. 126).

Com a percepção de que houve destruição do objeto (alguma pelo menos), este objeto se torna externo, está fora da área de controle onipotente do bebê, a realidade compartilhada pôde ser alcançada. Desta forma, sendo percebido fora,

tendo uma vida própria, ele pode ser encontrado e usado. Foi a destruição que o situou como um objeto não mais subjetivo, é ela que cria a qualidade de externalidade.

Porém, é importante sinalizar, que apenas com a sobrevivência do objeto à destrutividade, que esse objeto poderá ser usado. “A sobrevivência do objeto atesta para ele uma externalidade que prescinde da sua existência, pois o objeto possui a sua **própria** capacidade de sobreviver.” (Garcia e Damous, 2008). A sobrevivência do ambiente é extremamente importante para que o bebê siga adiante. “Não há raiva na destruição do objeto a que me refiro, embora se possa dizer que existe alegria pela sobrevivência do objeto.” (Winnicott, 1969, p.130). Se o bebê souber que pode destruir sem que seja retaliado por isso, ele usará esse objeto externo retroalimentando o objeto interno que se mantém vivo, real e suficientemente bom dentro dele. Assim, entrando em um mundo de realidade compartilhada.

A destrutividade constante, fantasística, alimentará, se há sobrevivência, o amor sentido pelo objeto. “Essa destruição torna-se o pano de fundo inconsciente para o amor a um objeto real, isto é, um objeto situado fora da área do controle onipotente do sujeito.” (Winnicott, 1969, p.131).

Contudo, segundo Winnicott, não é um processo, da relação para o uso, que ocorre somente devido a uma maturação do sujeito. É preciso que o indivíduo tenha desenvolvido a capacidade de usar o objeto. Para tanto, existem, como já foi apontado, fenômenos que serão inerentes ao percurso, sem os quais essa transição não ocorre, e o sujeito não desenvolve essa capacidade. Esses fenômenos são denominados de fenômenos transicionais.

Acredito que se possa pensar nos cuidados fornecidos pela comunidade já neste primeiro momento de constituição subjetiva, eles estão presentes na relação da mãe com seu bebê, nas relações existentes dentro das casas. A comunidade está ali como um terceiro que possibilita este campo transubjetivo, favorece a construção de um ambiente onde as funções de acolhimento e continência, podem ser apresentadas. Como ressalta Figueiredo, a presença implicada do outro transubjetivo é indispensável tanto para a experiência da continuidade quanto para a transformação. Este outro segura, hospeda, agasalha, alimenta e sonha junto com este ser em desenvolvimento. A comunidade se mantém presente,

sobrevivendo às dificuldades sociais ela continua inteira, possibilitando e fornecendo um ambiente para que a mãe e a família exerçam suas funções. Esta função de cuidado da comunidade, em relação à infância e à família como um todo, pode ser exemplificada e esclarecida com o caso que será relatado a seguir:

Vanessa é uma menina de oito anos moradora do Chapéu Mangueira que frequenta a Casa da Árvore há bastante tempo, ela vive ao lado da sede do projeto com sua “avó”. A menina sempre que vem à Casa da Árvore contando suas histórias, situações que aconteceram na escola ou na comunidade, passeios que fez, entre outros assuntos. Em um dia de plantão, enquanto a menina comenta sobre a avó, outra criança diz:

- Tia, você sabia que ela também é minha avó?!

Sabendo que as duas não possuem parentesco, mas ainda com certa dúvida, a psicóloga lhes pergunta:

- Mas como é isso? Vocês são primas, suas mães são filhas dela? Expliquem-me isso.

Vanessa, então, se prontifica a explicar:

- É assim, tia, ela não é mãe da minha mãe, nem do meu pai, ela é só a minha avó. Por gostar muito de mim, ela me pegou para criar. Minha mãe mora subindo aquela rua ali.

A equipe da Casa da Árvore sabia que Vanessa vivia com a avó e também conhecia sua mãe, tínhamos conhecimento de que a mesma morava quase ao lado. Esta não é uma realidade difícil de encontrar, ouvimos constantemente casos de crianças que, por seus pais biológicos não terem condições financeiras ou por estarem envolvidos com o trabalho e, até mesmo, com as drogas, vivem na casa de um parente ou de outra família que, simplesmente se ofereceu para cuidar. No entanto, pela relação que presenciávamos das duas, foi uma novidade para a equipe a resposta da menina, quando pela primeira vez lhe perguntamos sobre seu parentesco com sua cuidadora. Sua “suposta” avó era tão presente em suas falas e em nossos plantões, quando aparecia na janela para chamá-la, quando nos cumprimentava e conversava sobre sua educação e travessura, que nunca havíamos imaginado que ela era uma avó por consideração ou por cuidado. Aquela senhora que cuidava de Vanessa fazia isto por carinho e apreço pela menina, elas não possuíam vínculos sanguíneos, apenas afetivos.

3.3.

O desamparo potencializando o laço social

O desamparo encontrado nas comunidades carentes do Rio de Janeiro é conhecido por todos. A constante violência, o domínio deste ambiente pelo tráfico de drogas, gerando insegurança e medo diariamente, atinge principalmente os moradores. Além de um ambiente tomado pelo risco, as favelas possuem uma escassez de ações do estado que auxiliem no sustento básico das famílias. Diante deste quadro, que vem sendo descrito ao longo da presente pesquisa, nos é permitido pensar no potencial traumático existente.

Diante de todo este cenário, arranjos muito particulares são verificados nas relações familiares. Como dissemos anteriormente, encontramos, neste ambiente, diferentes cuidadores, a responsabilização pelo cuidado é assumida por diversos personagens. A partir disto acreditamos que se possa traçar uma relação entre o potencial traumático e os arranjos observados. Nota-se que figuras de cuidado são evocadas também a partir dessa situação de extrema precariedade. Os laços sociais se estreitam, uma vez que há a necessidade de um cuidado e atenção de todos para com todos constantemente.

De acordo com o que foi apontado por Carlos Plastino em seu artigo *A dimensão constitutiva do cuidar* (2009), um lugar para se viver significa um lugar para ser, um ambiente que é condição para a emergência do ser. É no “nós”, na morada, pátria que o indivíduo pode construir sua singularidade. É o reconhecimento mútuo, o pertencimento a um coletivo, o ser parte de uma comunidade que possibilita o vir a ser humano e de sua singularidade.

Neste sentido, utilizando o conceito de comunidade como identidade, paridade e conformidade², podemos pensar nas identificações, na demanda que é comum aos membros da favela. É possível notar como pertencendo a todos os que ali vivem, adultos e crianças, uma necessidade de assimilação da realidade vivenciada. Angústias e sofrimentos são afetos experimentados por todos diante da realidade de violência.

Utilizando algumas contribuições de Daniel Kupermann indicadas em *Figuras de cuidado na contemporaneidade: testemunho, hospitalidade e empatia*

² Definição encontrada no dicionário online: <http://www.priberam.pt/dlpo/>

(2009), podemos trabalhar com a empatia como uma figura da ética do cuidado. O autor recorre a Sándor Ferenczi para tratar deste tema, traduzindo a noção de empatia que é vivida pelo analista como “sentir dentro”³. De acordo com o autor, “na perspectiva ferencziana, a empatia está referida à capacidade de se deixar afetar pelo sofrimento do outro, e também à capacidade de afetá-lo a partir das próprias experiências de convicção” (p. 203).

Desta forma, considerando que é a partir da empatia que se torna possível exercer o lugar de cuidador somado à noção de afetação mútua, apontando para uma comunidade que se identifica quanto as suas demandas e ao lugar que ocupa na sociedade, talvez se possa pensar na empatia da comunidade como um fator que proporciona o fortalecimento dos laços sociais e o cuidado entre os moradores.

Havendo uma boa relação e um “sentir dentro” saudável por parte da mãe, é fornecido ao bebê um sentimento de segurança e de que nunca será decepcionado. Desta forma, a criança poderá lidar com as frustrações e dificuldades da vida e dos conflitos inerentes aos sentimentos vivos. A partir deste cuidado, amenizam-se o inesperado, as intrusões indesejáveis e o potencial traumático contido no desconhecido do mundo. Deparamo-nos novamente, então, com a função anti-traumática do cuidado fornecido pelo outro.

É importante ressaltar que, assim como Luís Cláudio Figueiredo, Kupermann, quando trata da ética do cuidado, aborda o tema da afetação mútua acreditando que há um equilíbrio entre o que cuida e aquele que é alvo do cuidado. Os cuidados dirigidos à criança são também fornecidos por ela aos seus cuidadores. Kupermann teoriza sobre o tema apontando para a simetria que deve existir dentro de uma clínica regida por uma ética do cuidado, o encontro de línguas entre analista e analisando. No plano da afetação o analista ou quem está envolvido na relação é capaz de vivenciar os afetos e as demandas do outro. Figueiredo se utiliza da noção de “intersubjetividade interpessoal” para abordar o assunto. O autor teoriza sobre esta noção como estando relacionada às funções de reconhecer, refletir e testemunhar, neste plano poderiam se constituir relações de empatia onde há entre os indivíduos uma fina sintonia. Neste sentido, a

³ “Sentir dentro” foi a tradução de Daniel Kupermann sobre *Einfühlung*, palavra encontrada no original das obras de Ferenczi.

compreensão sobre a ideia trazida neste capítulo de um cuidado e atenção proporcionado por todos, crianças com crianças, adultos com crianças e adultos com adultos, fica mais clara.

‘Supõe-se aqui que existam desde o início dois pólos (eu-outro) relativamente bem constituídos, mas suficientemente afinados para que possam participar mutuamente dos processos de discriminação-articulação mediante os quais eles se organizam e determinam reflexivamente. A ênfase nesta função de espelhamento atribui a gênese do fazer sentido à reflexividade, que dá a cada um a oportunidade de se ver pelos olhos do outro e se conhecer pela mediação deste olhar – ou desta escuta – alheio’

(Figueiredo, 2009, p. 121)

Recorrendo novamente às contribuições de Daniel Kupermann relacionadas à obra de Ferenczi, mais especificamente sobre a violência e o desmentido, podemos afirmar que a violência provoca sofrimento, mas não é necessariamente traumática. O que fará com que a violência possua êxito traumático é o desmentido, a negação ou a falta de sentido do ocorrido. A possibilidade de dar sentido, de simbolizar o fato vivenciado ajuda na elaboração e assimilação do mesmo. Para isso, o sujeito necessita do outro, do testemunho de um próximo para que o ocorrido possua algum entendimento. O sentido só é alcançado devido a um árduo trabalho coletivo.

Desta forma, podemos pensar na comunidade como este coletivo que auxilia o sujeito no processo de elaboração do potencial traumático deste ambiente em que vivem, os laços sociais mais estreitos fornecerão a confiança e a possibilidade de fazer sentido. Sendo assim, acreditamos que o estreitamento dos laços sociais na comunidade se apresentam na contramão do desmentido.

A noção de comunidade pode ser explicitada por este todo que se identifica, que é afetado mutuamente e que possui uma mesma linguagem. O encontro de línguas, existente entre a demanda da infância e a comunidade, possibilita um “encontro produtor de sentido”. Este encontro, que fornece confiança, tenta, então, contornar o desencontro entre a violência e o desamparo existentes no ambiente com o mundo infantil.

A “hospitalidade” fornecida pela comunidade à infância se torna imprescindível diante da hostilidade do ambiente. O acolhimento e a sustentação que os arranjos existentes na comunidade fornecem à infância permitem a

expressão dos impulsos de vitalidade, o processo de introjeção e a produção de sentidos.

“Por esse *laisser-faire* permite-se a tais pacientes desfrutar pela primeira vez a irresponsabilidade da infância, o que equivale a introduzir impulsos de vitalidade positivos e razões para se continuar existindo.”

(Ferenczi, 1933, p.51)

Em todos os casos e situações citadas ao longo do capítulo, observamos a empatia e a identificação se apresentando fortemente nas relações dentro das comunidades e, em decorrência disto, como o cuidado e o afeto fornecem um ambiente onde é possível fazer sentido e simbolizar as angústias. Na Casa da Árvore, enquanto estrangeiros, percebemos que há relações e formas de lidar que não participamos. Não fazemos parte daquele lugar, ainda que estejamos lá todos os dias, não sofremos em nossas casas as consequências do tráfico como eles sofrem, há uma linguagem comum a todos naquele ambiente. Neste sentido, para que o que acabamos de apontar seja melhor compreendido, citaremos uma situação vivenciada no Chapéu Mangueira:

Diversas vezes nos plantões da Casa da Árvore, enfrentamos situações de brigas e desavenças entre as crianças. Os profissionais da Casa da Árvore tentam sempre conversar e, junto com as crianças, resolver os conflitos.

No entanto, algumas vezes as brigas são tão intensas que se ouvem os gritos e a bagunça do lado de fora da casa. Quando isso ocorre, é comum que alguém da comunidade venha intervir, seja a nosso favor, seja em favor de alguma criança específica.

Em um dia de plantão no Chapéu Mangueira, uma discussão entre as crianças foi disparada quando duas delas disputavam o lugar na fila para pular corda. O desentendimento era anterior à entrada na Casa da Árvore. Naquele dia, as duas crianças já haviam brigado por motivos que não conseguiram nos explicar.

Enquanto tentávamos entender o que havia ocorrido antes, para que a briga não tomasse tais proporções, aparece uma moça com seus 30 anos na porta da casa. Em meio a gritos e xingamentos, a moça começa a falar alto e todos se calam, inclusive nós psicólogos. Ela pergunta o que foi que aconteceu. E as crianças começam a explicar ainda gritando e de forma que não se pudesse

entender muito bem. Uma de nós, tentando entender sua presença ali, vai falar com a moça e pergunta:

- Olá, tudo bem? Você conhece alguma das crianças que estão aqui?

Ela responde que sim, que uma delas é sua sobrinha e que ouviu sua voz quando passava pela casa. Preocupada com a gritaria, ela entrou para tentar resolver e ver o que estava acontecendo.

Neste momento, ela se dirige às crianças e diz:

- Não quero saber o que foi que aconteceu! Você (se dirigindo à criança que não era a sua sobrinha) não pode bater nela, pois ela é mais nova. E as duas vão parar de brigar agora para poder brincar ou vão direto para casa.

As duas crianças se calam e só escutam o que a tia está dizendo:

- Agora as duas podem pedir desculpas uma à outra e não quero mais saber de ouvir os gritos de vocês, ok?!

As duas crianças, então, pedem desculpas e voltam a brincar, ainda de “cara feia”.

Essa situação é muito comum na Casa da Árvore, pais, tios, adultos que não possuem parentesco com as crianças envolvidas e até os homens do tráfico, intervêm nas brigas e confusões. Surgem na nossa porta como um terceiro, uma autoridade que é respeitada por elas. Nós, “tias bananas”, por uma conduta clínica, intervimos de forma diferente, tentando entender o ocorrido, ajudando-os nos conflitos. No entanto, além disso, há algo nas relações dos moradores da comunidade que permite a intromissão de quem vem falar e, por outro lado, o respeito por parte de quem ouve. Algo que não fazemos parte, algo que nós estrangeiros não possuímos.

Acreditamos que o que ocorre nas comunidades não é uma substituição das funções parentais, mas que as relações construídas funcionem como uma extensão dos cuidados originais. Dessa forma, podemos pensar que, apesar de as crianças não possuírem vínculos familiares, o vínculo afetivo se apresenta forte o suficiente para que haja uma identificação parental.

‘Mas também grupos, instituições e indivíduos isolados podem nos ajudar nessas transformações, ajudando a sonhar, ajudando a dar forma, colorido, palavra e voz aos extratos mais profundos do psiquismo. Estas são formas extraordinariamente importantes do cuidar. Quando nos faltam, sofreremos com a sobrecarga de experiências emocionais obscuras e perturbadoras.’

(Figueiredo, 2007, p. 126)

Diante disto, acreditamos que haja o cumprimento de uma função anti-traumática por parte da comunidade. Ela atua como uma extensão do papel, inicialmente, cumprido pela mãe ou pelo seu substituto. A comunidade da favela de alguma forma continua a dar o suporte que foi fornecido primariamente pela mãe, e desta maneira, possibilita a elaboração e ameniza os efeitos do potencial traumático da situação em que vivem. Entendemos, assim, ser possível pensar nesta comunidade como uma *comunidade holding*.